

A TENDÊNCIA À EXACERBAÇÃO DA MERCANTILIZAÇÃO

THE TREND TO THE EXACERBATION OF THE MERCHANTILIZATION

Prof. Dr. Fernão Pompêo de CAMARGO NETO¹

RESUMO

No presente artigo, há uma preocupação central no sentido de exploração de uma série de conceitos que são fundamentais para a compreensão do processo de colonização, enquanto desdobramento, da expansão comercial européia, seguindo para isto, a linha de pensamento adotada e desenvolvida por autores como Caio Prado Jr., Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello e Ronaldo Marcos dos Santos.

Palavras-chave: Mercantilismo; Acumulação de Capital; Brasil-colônia; Escravidão; Colonização; Antigo Sistema Colonial

ABSTRACT

In this article, there is a main preoccupation in the sense of exploring a series of concepts that are fundamental for the understanding of the process of colonization, as a development of the expansion of the commerce in Europe; to do this, text follows the thoughts adopted and developed by authors like Caio Prado Jr., Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello and Ronaldo Marcos dos Santos.

Key words: *Mercantilism; Capital Accumulation; Brazil-Colony; Slavery; Colonization; Old Colonial System*

1. Considerações Iniciais

O processo de colonização, na sua gênese, apresentou-se como um desdobramento da expansão comercial européia, e se constituiu no meio, pelo qual se verificou, nas colônias, a combinação de atividades puramente comerciais com determinados atos produtivos, através dos quais se tornou possível produzir novas mercadorias para ali-

mentar os novos circuitos comerciais que se originaram através da exploração produtiva do continente americano e do estabelecimento de novas rotas de comércio marítimo voltadas à extração de especiarias e das demais riquezas do Oriente.

Esse processo, *a priori*, tinha por objetivo estabelecer uma reorganização dos processos de produção, de modo a se poder promover, com maior efetividade, a reprodução da riqueza.

⁽¹⁾ Doutor pelo IE/UNICAMP. Professor titular do Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas.

Consistiu, pois, a produção colonial, um modo de produção mercantil bastante especializado, cujos resultados eram acumulados, de forma dominante, externamente às áreas produtoras. Dessa forma, a economia colonial revelou-se como uma economia que promovia, no centro do sistema (na metrópole), a acumulação de capital comercial, do qual se apropriava na esfera da circulação. Este tipo de acumulação ficou conhecido, no debate que se estabeleceu sobre a evolução do Capitalismo, como “acumulação primitiva”, por ter o capital comercial um alto grau de autonomia, existindo antes mesmo que o capital propriamente dito viesse a dominar a esfera produtiva.

2. O Mercantilismo

No capitalismo comercial (Mercantilismo), verificava-se a existência da produção para o capital (visando a sua acumulação) e não pelo capital. O capital comercial autônomo resultava, pois, da inequivalência das trocas que eram processadas na sua origem, havendo necessidade, para a garantia da sua reprodução, de que se lançasse mão de meios extra-econômicos de indução.

No processo de exploração típico do sistema colonial, em situações em que o acesso à terra apresentasse alto grau de liberdade, por estar a fronteira agrícola aberta – ou seja, em condições em que a terra fosse abundante e ainda passível de apropriação –, fazia-se necessário que o regime de trabalho que viesse a ser adotado envolvesse uma grande dose de compulsoriedade. Quanto maior fosse, no processo produtivo, a parcela do trabalho compulsoriamente extraída, maior tenderia a ser o montante do excedente da renda por ele gerada. Assim, por ser o trabalho escravo a forma extrema de coercitividade do trabalho, era natural que o seu emprego, em geral, proporcionasse a existência, entre os produtores escravistas, de um elevadíssimo grau de concentração de renda.

A produção colonial apresentava um caráter evidentemente mercantil, o que fazia com que os lucros decorrentes da mercantilização dos produ-

tos que ela gerava fossem acumulados externamente ao espaço em que ela acontecia (ou seja, no espaço territorial metropolitano). Além disso, era ela fundamentalmente baseada na exploração do trabalho escravo africano (constatando-se, portanto, uma situação dominante de extraterritorialidade na oferta de trabalho). Uma outra característica inerente à economia colonial era a de constituir uma economia subordinada. Dessa forma, reportando-nos à economia do Brasil-colônia, pode-se caracterizá-la como uma economia apêndicula, cujo grau de autonomia era, por isso, relativamente reduzido. Nestas condições, o trabalho tendia, nas colônias, a ter um elevado grau de compulsoriedade, por ser mercantil a produção e também pelo fato de que, se ele não tivesse caráter compulsório na periferia do sistema colonial, tenderia a ser menor a margem de acumulação que poderia vir a ocorrer no centro.

Fazia-se também importante criar, no Mercantilismo, as condições para que, nas áreas produtoras das colônias, a renda concentrasse, pois isto criaria um espaço de mercado consumidor mais expressivo para os gêneros que fossem comercializados a partir da metrópole.

No que se refere ao trabalho escravo, era importante que se tivesse em mente o fato de que, enquanto a escravização dos negros criava condições que favoreciam a acumulação cêntrica, a do ameríndio propiciava uma acumulação interna na Colônia (NOVAIS, 1970:105). Assim, a boa lógica do lucro conduzia os comerciantes, por ocasião da montagem das suas bases produtivas coloniais, a optarem pelo tráfico africano como fonte preferencial de trabalhadores forçados.

É, portanto, evidente que o capitalismo da época da transição foi típico de uma situação em que a economia era predominantemente mercantil. Tratava-se, porém, de uma economia mercantil simples, cuja forma típica era a de capital autônomo (que não representava alíquota do capital produtivo), cuja acumulação se processava, em termos de agregação de valor, na esfera da circulação.

Assim, este tipo de capital tinha uma participação meramente marginal no processo de

acumulação cêntrica, uma vez que os mecanismos de mercado não eram suficientes para sustentar a acumulação, havendo para isto a necessidade de indução política (através de uma atuação coercitiva do Estado).

Não era, pois, por mero acaso que, para os mercantilistas, a riqueza fosse identificada com moeda (metal nobre) e a acumulação acontecesse no processo da circulação.

O Mercantilismo passava a ser no sistema econômico típico e dominante do período da transição do Feudalismo para o Capitalismo, desenvolvendo-se num ambiente bastante competitivo, em que, na visão colbertiana, o ganho de que alguém pudesse se apropriar viria a se constituir em perda para outrem e, exceto no caso do emprego de processos pouco recomendáveis que alguém pudesse usar para a ampliação de seu patrimônio pessoal, o comércio representava a única fonte possível de enriquecimento. Neste contexto, a acumulação pela via do comércio dependeria diretamente, por ser este um de seus principais elementos indutores, do desenvolvimento do processo de colonização.

Assim sendo, na base do Mercantilismo estava a preocupação das nações colonizadoras (metrópoles) em resguardar os seus respectivos domínios coloniais, formando-se o monopólio do comércio colonial na “medula do sistema”, sendo através dele que “as colônias preenchem a sua *função histórica*, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido” (NOVAIS, 1976:51).

À medida que a metrópole reservava a si própria o monopólio do mercado colonial (exclusivo metropolitano), criava ela as condições para que, simultaneamente, através da atuação do seu corpo de comerciantes nos mercados coloniais, pudesse se assegurar das vantagens de uma situação de oligopsônio, por deterem seus agentes da esfera comercial a exclusividade do direito de compra dos produtos coloniais, e de outra de oligopólio, uma vez que esses mesmos agentes detinham, também, o privilégio do controle do suprimento de

todas as mercadorias necessárias ao abastecimento da colônia.

Chegava-se, pois, a uma situação em que, por controlar a metrópole os comércios de exportação e de importação de suas colônias, podiam os seus comerciantes se apropriar de parte substancial da renda criada pela produção colonial. Concomitantemente, ao dar garantias para a atuação desses comerciantes, realizava o Estado a sua política burguesa, criando as condições para o seu próprio fortalecimento, através da abertura de novas fontes de arrecadação de tributos.

Dessa forma, a economia colonial dava suporte à metropolitana, criando as condições para que esta pudesse adotar, em toda a sua extensão, os preceitos mercantilistas, o que permitiria fortalecer crescentemente o Estado e dar uma maior organicidade à atuação, nos distintos mercados então acessíveis, de seus comerciantes.

Nesse contexto, procurava-se conciliar os elementos propulsores típicos dos circuitos mercantis coloniais, bem como os condicionamentos que eram a eles transferidos pelas distintas fases de evolução experimentadas, no decurso da era moderna, pela disputa que se travava entre as potências hegemônicas no sentido de conquistarem o controle de novos circuitos de comércio, bem como o dos mercados já existentes.

3. Mudanças Estruturais e Institucionais nos Circuitos Mercantis Coloniais

Os circuitos comerciais americanos – que, ao longo do século XVIII, ainda eram tipicamente coloniais, e cujas autonomia e autopropulsão eram bloqueadas pelos interesses metropolitanos – subentendiam especificidades distintas daquelas que viriam a ser constatadas nos circuitos de comércio característicos do século XIX, os quais, apesar de comercializarem as mesmas mercadorias, estavam inseridos na fase em que as bases territoriais, que até então eram constituídas por colônias, vieram a adquirir o *status* de economias nacionais, quando o Capitalismo ainda vivia sua etapa concorrencial. O marco divisório

entre essas duas etapas foi a Revolução Industrial inglesa.

Assim, as antigas colônias ibero-americanas, ao se tornarem independentes, por volta da passagem do século XVIII para o XIX, ingressaram num mercado mundial capitalista típico da fase concorrencial, mas em que os circuitos comerciais conservavam as marcas deixadas pela prolongada subordinação colonial, mantendo os determinantes e as características típicos da constituição de economias em que, todavia, ainda imperava o capital mercantil. Isto quer dizer que ao Novo Mundo cabia continuar a concentrar sua produção em artigos que guardavam as mesmíssimas condições que tinham os produtos coloniais, ou seja, artigos requeridos pelo mercado europeu cuja produção na Europa houvesse se demonstrado pouco compensadora ou, até mesmo, inviável. Garantia-se, com isso, a continuidade da inequivalência nas trocas que era típica da acumulação mercantil, em que se comprava barato e se procurava vender caro, no intuito de se buscar ampliar a margem existente entre os preços de venda dos produtos europeus e os de compra das *commodities* produzidas nas novas nações americanas. No sentido de tornarem as suas margens de lucro ainda mais expressivas, passaram os Estados absolutistas europeus a impor condições de monopolização dos circuitos mercantis que garantiriam a possibilidade de acesso ao mercado somente aos grandes mercados, alijando do mesmo os que fossem detentores de menos expressivos cabedais (SANTOS, 1996:68).

Nessa etapa – em que ainda se promovia a chamada “acumulação primitiva” –, para se garantir margens diferenciais de preços cada vez mais expressivas nos negócios efetuados por esses dois tipos de comerciantes, de forma a expandirem-se relativamente as massas de lucros apropriadas pelos de mais grosso trato, tornou-se necessária a penetração do grande capital comercial na esfera produtiva, criando-se as condições para que se conseguisse, através da busca de escalas de produção adequadas, manejar os preços e as quantidades produzidas no intuito de se lograr

expandir o máximo possível a acumulação mercantil.

Todavia, os mecanismos econômicos convencionais demonstraram-se insuficientes para assegurar a continuidade do processo de valorização do capital, o que induziu os detentores do capital mercantil a recorrer ao apoio do Estado, o qual vai agir nas colônias através de instrumentos legais voltados a procurar garantir a continuidade dos diversos graus e formas existentes de monopolização, ou de controle de mercados, cujo objetivo último era acicatar a apropriação pela metrópole dos excedentes gerados em seus diversos redutos coloniais (SANTOS, 1996:69).

Os distintos circuitos nativos montados para a produção e o comércio de produtos primários tropicais, internos às economias coloniais, podiam ser diferenciados pelo poder que tinham de aprofundar o processo de divisão social do trabalho, ocasionando, à medida que ocorria um processo de diversificação das atividades ligadas à sua área principal de atuação, a redução do espaço de mercado para os novos ramos articulados pelos circuitos comerciais metropolitanos, e, em compensação, quando promoviam a concentração de seus esforços produtivos num rol menor de atividades, especializando-se num ou em poucos tipos de produção, criavam a abertura de espaço para a introdução de novos produtos ou para a ampliação da participação no mercado até então existente para os produtores ou fornecedores já estabelecidos. Ao se concentrar a atenção sobre as colônias em que preponderaram atividades ligadas à mineração, sentir-se-á uma tendência muito maior à revelação do caráter mercantil, decorrente da especialização do trabalho, que tipificava este setor de atividade, enquanto se podia constatar que, em colônias voltadas à agricultura, por serem produzidos localmente os alimentos requeridos pela mão-de-obra por elas empregada, eram reduzidas as oportunidades de negócios que se abriam para os mercados abastecedores já existentes (SANTOS, 1996:69).

Constatava-se, assim, que, nas colônias que exploravam a mineração, as atividades produtivas tinham um caráter claramente mercantil,

ao mesmo tempo que as grandes propriedades agrícolas eram auto-suficientes em alimentos, não abrindo estas, portanto, no que toca ao suprimento de gêneros alimentícios, novas oportunidades de negócios aos mercados abastecedores extracoloniais ávidos por virem a controlar o expressivo filão de mercado representado pelos diversos redutos coloniais americanos.

É, entretanto, importante que não seja esquecido o fato de que a própria produção de gêneros coloniais, em maior ou em menor grau, encontrava, pelo fato da existência de um escravismo amplamente difundido, fortes restrições ao aprofundamento do seu grau de mercantilização.

O Estado Nacional Brasileiro foi constituído tendo por base mecanismos típicos do Antigo Sistema Colonial. Por exemplo, a Economia Escravista Colonial (em que a escravidão constituía o regime de trabalho dominante) vai aparecer como a forma limítrofe e típica do referido sistema, uma vez que passava a ser uma economia mercantil, dominada politicamente pela metrópole, em que o trabalho era predominantemente compulsório e que dependia das economias centrais, sendo essa dependência expressa pela acumulação externa (cêntrica) de capital.

A produção era meramente uma atividade coadjuvante no processo de acumulação do capital comercial, a qual vai acontecer, fundamentalmente, no processo da circulação. No longo processo de transição do capitalismo comercial para o industrial, o capital comercial autônomo não tem condições de endogenamente se reproduzir. O regime de produção dominante é o da produção independente e a dinâmica de acumulação que predomina é a da acumulação primitiva de capital.

Assim sendo, a economia mercantil escravista colonial se apresentava como altamente especializada, estando a sua produção centrada em alguns poucos produtos – produtos agrícolas tropicais, metais nobres e especiarias (drogas do sertão) – com um setor de exportação voltado à produção de um número relativamente reduzido de artigos e um setor de subsistência bastante diversificado. Caracterizava-se este tipo de economia

pelo fato de que ela era desenvolvida em pequenas propriedades, com produção independente e um número relativamente reduzido de escravos, sendo o ritmo da produção determinado pelo setor exportador.

Em termos da sua dinâmica, a economia colonial cumpria o seu papel tendo em vista que se expandia, ocupava novas áreas e promovia a ocorrência de uma acumulação cêntrica, ao mesmo tempo que desenvolvia mecanismos tendentes a reverter esse processo (visando com isto à internalização da acumulação). Concomitantemente, no centro do sistema vai haver um fortalecimento – com recursos gerados pela economia colonial, através da acumulação que se processava na esfera da circulação e da criação de novos mercados – dos mercados metropolitanos. Contribuía, dessa maneira, a economia colonial para a criação das condições básicas que se faziam necessárias para o surgimento de formas propriamente capitalistas de produção.

Nas economias produtoras de gêneros coloniais cabia, em geral, aos escravos o exercício de três funções: 1) o escravo passava a ser um patrimônio que representava uma reserva de valor, podendo ser vendido ou alugado; 2) a exploração, no cotidiano, de sua capacidade de trabalho poderia redundar na obtenção de uma produção excedente comercializável; e 3) o amplo conjunto de atividades em que podia ser aplicável o seu trabalho, bem como a flexibilidade com que podia ele ser deslocado de uma atividade para outra, reduzia substancialmente o interesse que pudessem ter os colonos no emprego alternativo de outras formas de produção (SANTOS, 1996:69).

Essas três funções do escravo prejudicavam um melhor aproveitamento da renda mercantil do produtor escravista das seguintes formas: 1) pela retenção de parte significativa do fluxo mercantil referente ao tráfico e por criarem, via crédito, mecanismos de subordinação do produtor colonial ao grande capital mercantil-usurário da metrópole; 2) ao vedarem ao escravo a obtenção de rendas autônomas quando ele atuava como produtor direto e, até mesmo, que pudesse ele consumir parte de sua própria produção de gêneros alimentícios;

e 3) por não cederem espaço econômico para o surgimento de camadas médias da população que tivessem condições e interesse de integrar tanto o mercado produtor quanto o consumidor.

Eram, pois, evidentes, desde o princípio, as diferenças fundamentais que existiam entre a economia mineira das Gerais, no século XVIII, e as economias açucareiras de Pernambuco e da Bahia, fato que deve ser atribuído às especificidades que tinha o ouro de aluvião encontrável naquela economia, que podia ser explorado mediante o emprego de técnicas deveras rudimentares, o que permitia que mesmo colonos detentores de reduzidos cabedais a ele tivessem condições de acesso. Na visão de Ronaldo Marcos dos Santos, isto ensejou o surgimento, nas regiões auríferas, de camadas médias de população, que se encontravam posicionadas entre os senhores e os escravos, o que vai trazer, como conseqüências sobre o fluxo interno de renda, condições que ocasionariam sensíveis reflexos dinâmicos favoráveis a uma maior integração inter-regional, o que propiciaria a abertura de espaço para uma progressiva internalização das decisões de investir. As possibilidades de mobilidade social a que alude, vai chamar o autor de “democracia das Minas” (SANTOS, 1996:71).

A pequena quantidade de moeda em circulação foi uma circunstância que prejudicou bastante a mercantilização da economia açucareira. Na mineração, a escassez de recursos monetários era relativizada em virtude das características peculiares que tem o ouro, como mercadoria especial que é. Estas propriedades, que serão a seguir analisadas, fazem com que ele venha a inverter “a lógica da acumulação mercantil ao tomar a forma social de equivalente geral das demais mercadorias do Universo”. Assim que o ouro é extraído da natureza e vai para as mãos (os bolsos) do homem, passa a ser dinheiro, o que facilita tanto a mercantilização interna no espaço colonial quanto o contrabando com o exterior, além de permitir a criação das condições para acumular recursos monetários transmutáveis em capital-dinheiro. Além disso, eram também criadas as condições para que se pudesse contornar os

apertos financeiros decorrentes da constante falta de numerário, situação esta que dificultava o financiamento das transações correntes internas à Colônia (SANTOS, 1996:71).

A descoberta maciça de ouro possibilitou o desenvolvimento na Colônia de um número bastante significativo de circuitos mercantis, que envolviam, Brasil afora, muitas vezes com as bênçãos da Metrópole, um significativo número de comerciantes, detentores de cabedais dos mais diversos portes. Surgia, assim, “o rascunho de uma burguesia mercantil colonial”, cujo núcleo dominante era constituído pelos mercadores de mais grosso trato ligados ao comércio exterior, os quais mantinham relações estreitas de colaboração com outros agentes comerciais que dispunham de menores montes de capitais – como os varejistas, comboieiros e tropeiros – os quais persistiram em suas atividades mesmo muito após a decadência da mineração (SANTOS, 1996:72).

O grande saldo positivo deixado pela mineração decorreu de ter esta atividade econômica passado a ser um pólo de acumulação autônoma, que reunia comerciantes e produtores coloniais que souberam aplicar adequadamente seus recursos, tendo muitos deles se assenhoreado de expressivas fortunas, articulando-se às novas atividades produtivas então desenvolvidas, que puderam, muitas vezes, estimular por meio das compras que faziam e dos créditos que concediam. Tudo isto contribuiu para que o estatuto colonial passasse a ser reiteradas vezes negado, culminando este processo com a abertura dos portos brasileiros, em 1808.

Estavam, então, cumpridos alguns dos pré-requisitos para que surgisse o Estado Nacional, e isto vai acontecer “com as modificações introduzidas pela estadia da Corte, que deu novo caráter ao Rio de Janeiro, como cidade que passa a representar a ascendência do capital mercantil nacional sobre o próprio setor produtivo”. Além do mais, “a internalização de um padrão monetário e a fundação do Banco do Brasil permitem agilidade ao novo Estado para antecipar seu gasto com o vasto funcionalismo civil e militar transplantado para o Rio de Janeiro”, bem como para a implantação

de obras públicas condignas da sede de uma monarquia que se prezasse. A partir daí, céleres passos foram dados no sentido de se completar as condições para o surgimento de um poder autônomo centralizado no Rio de Janeiro, tendo sido a Independência o último – e, provavelmente, o mais importante – desses passos no sentido da criação do novo Estado Nacional (SANTOS, 1996:75).

4. A Visão de Caio Prado Júnior

Em 1942, Caio Prado Júnior inaugurou, com a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo* – cujo capítulo inicial, intitulado “Sentido da colonização”, veio a se constituir, a partir da análise e divulgação dos fundamentos estruturais nele contidos, num importante marco da historiografia brasileira –, uma nova fase dos estudos históricos sobre o Brasil, tornando-se esta sua obra uma referência obrigatória para quem quer que tivesse a intenção de estudar seriamente a história do nosso país, especialmente a do período colonial.

Nesta obra, o autor destaca o caráter claramente heteronômico das decisões básicas relativas ao processo de colonização – tomadas sob a égide do chamado “exclusivo metropolitano” –, o qual reservava ao capital mercantil lusitano, bem como ao Erário real português, um conjunto de privilégios de natureza comercial e/ou fiscal nas negociações efetivadas nos mercados coloniais. Esse conjunto de decisões vai exercer, sobre a economia e a sociedade coloniais, efeitos estruturantes, que têm como objetivo último promover um contínuo fluxo de transferência de excedentes comerciais gerados na colônia para os comerciantes e para a Coroa metropolitanos. Este processo se baseia na exclusividade do comércio de cada uma das distintas colônias existentes com as suas respectivas metrópoles, dentro de um arcabouço institucional montado para canalizar para estas os excedentes produtivos naquelas apropriados, e ficou conhecido como “pacto colonial”.

De acordo com os padrões em voga no chamado Antigo Sistema Colonial, o sistema produtivo-exportador do Brasil-colônia estava fundamentado em três elementos básicos: latifúndio, monocultura e escravidão.

Em tal sistema, notava-se uma clara subordinação da produção colonial ao capital mercantil metropolitano, que promovia a apropriação e a transferência para a metrópole dos excedentes que as atividades coloniais produziam.

Além disso, o fato de estarem os fatores produtivos concentrados, de forma quase absoluta, na produção para exportação, fazia com que o abastecimento do mercado interno colonial tivesse que ser feito através de importações, cujo controle representava, para o capital mercantil metropolitano, a outra face do processo de apropriação dos excedentes gerados na Colônia. No tocante ao abastecimento de gêneros alimentícios para os colonos, este era em grande parte garantido através de atividades extrativas, agrícolas e pecuárias de subsistência, desenvolvidas por eles, em geral, nas suas próprias terras. Atividades mercantis voltadas ao abastecimento de gêneros alimentícios para a população estavam restritas ao atendimento das necessidades verificadas nos centros urbanos mais populosos. No mais, imperava uma situação de relativa autonomia na busca de gêneros que pudessem satisfazer às necessidades alimentares apresentadas pela população dispersa pelo sertão.

Em 1945, Caio Prado Júnior, com a publicação de *História Econômica do Brasil*, trouxe mais uma importantíssima contribuição para a interpretação e para a compreensão da evolução da conformação da sociedade brasileira. Mostra ele, então, que a sociedade colonial era constituída por uma classe senhorial, seus escravos e um grande número de agregados livres e pobres, com absoluta hegemonia da elite agrária no plano local e/ou no regional. No contexto resultante da conjugação desses elementos, em que se fazia notar uma nítida dominância do capital mercantil metropolitano, não sobraria, na visão de Caio Prado, como será mostrado nos parágrafos seguintes, espaço para que se formassem, no território colonial, circuitos internos de acumulação (PRADO JÚNIOR, 1963: 126-128).

Para Caio Prado Júnior, já a partir da segunda metade do século XVIII, as nações ibéricas passaram a enfrentar crescentes dificuldades. O Antigo Sistema Colonial – fundado no chamado Pacto Colonial, e que representava o controle exclusivo do comércio das colônias por suas respectivas metrópoles – entrou em sensível declínio, que pode ser atribuído, *grosso modo*, a uma profunda transformação de caráter estrutural, que se traduzia no “aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial”. Até então, prevalecera o capital comercial, de modo quase absoluto, nas transações financeiras e nas operações mercantis, tanto as realizadas no mercado colonial quanto as que tiveram lugar no mercado internacional.

Por não ter a indústria ainda ingressado na sua fase capitalista, a produção ainda era basicamente artesanal. Todavia, a partir do século XVIII, especialmente na Inglaterra, a indústria passa a assumir vulto crescente, ofuscando o capitalismo comercial, e assume um espaço e uma preeminência que sequer poderiam ter sido sonhados durante a vigência deste último. Em decorrência disto, tornava-se cada vez mais evidente o declínio do Antigo Sistema Colonial, representado pelo então ainda dominante Pacto Colonial, que expressava os interesses do Capitalismo Comercial, que cada vez mais definhava.

Para os industriais, o monopólio comercial, de que não participavam por não serem comerciantes, não trazia qualquer benefício. E pior, ao se restringir as relações mercantis, como acontece por ocasião da criação de um monopólio, a nova situação criada bloqueava o que mais lhes interessava, que seria o seu acesso aos mercados existentes. Assim sendo, na ótica dos industriais, nessa fase em que o Capitalismo, ainda bastante incipiente, dava seus primeiros passos, o principal ideal a ser perseguido era o da maior liberdade possível de mercado, para que se multiplicassem as oportunidades comerciais em geral, eliminando-se quaisquer barreiras que pudessem prejudicar o livre desenvolvimento de seus negócios.

Nesse contexto, os impérios coloniais ibéricos, que até então haviam se escudado em

monopólios, se viam sem saídas possíveis para a sua situação, uma vez que as suas indústrias não haviam acompanhado a evolução experimentada pelas demais nações européias, achando-se, portanto, bastante defasadas, tecnicamente e no que tange às práticas de controle de mercados, diante das condições vigentes naquelas nações que haviam optado pela industrialização.

Assim sendo, praticamente sobravam às nações ibéricas, naqueles momentos críticos de mudança universal do padrão de acumulação, somente as atividades que giravam em torno dos privilégios que haviam mantido para si no comércio colonial, dos quais não poderiam abrir mão por torna-se elemento aglutinador de seus vastos domínios territoriais. Ao se agravarem os conflitos internacionais que abalaram a Europa no final do século XVIII, foram as monarquias ibéricas esmagadas pelas transformações em curso, perdendo grande parte dos seus outrora vastos e ricos domínios americanos. A partir de então estava estabelecida para o mundo uma nova ordem, eliminando-se, com isto, os obstáculos que vinham sendo estabelecidos pelo hermético fechamento político e comercial dos dois colossais impérios coloniais ibéricos, os quais obstruíam a marcha dos acontecimentos internacionais. Dessa forma, na visão de Caio Prado, as recém-libertas nações ibero-americanas, “abertas ao comércio e intercuro do universo”, tomaram, no concerto das nações, o lugar que pertencera “aos estanques impérios ibéricos”, desafogando o mundo, que ficava livre, a partir de então, “daqueles tropeços imensos que lhe embargavam o desenvolvimento”.

Quanto a Portugal, já havia atingido, no que se refere ao Brasil, o limite extremo de sua capacidade realizadora e colonizadora, achando-se a sua obra neste terreno terminada, tendo o Reino – que, protegido pelo monopólio de comércio, impunha-se como parceiro forçado e oneroso no comércio exterior – se convertido “em simples parasito de sua colônia”. Portugal, escudando-se no monopólio comercial, sequer tinha condições para o exercício de simples operações de intermediação mercantil, e nem mesmo representava um mercado consumidor que pudesse ser considerado como sendo de dimensões expressivas.

Finalmente, no crepúsculo do século XVIII, podendo-se já sentir os albores do século XIX, todo o sistema, cujos sintomas de crise já vinham a longo tempo sendo pressentidos, agravando-se a cada dia, entrou em pane total. A marinha portuguesa arruinava-se crescentemente, não tendo mais sequer condições de reprimir a escandalosa prática do contrabando, que se dava às escâncaras. Nestas circunstâncias, a Metrópole, para manter e proteger o seu deveras ineficiente comércio, impunha à sua colônia as mais drásticas e pesadas medidas restritivas, proibindo que ela internalizasse a produção dos gêneros que alimentavam o seu comércio marítimo.

Não se poderia mais procrastinar. O regime colonial se apresentava, então, como um intolerável obstáculo a impedir o crescimento produtivo do Brasil.

Foi por meio de circunstâncias externas fortuitas que o sistema de barreiras restritivas assentado contra a Colônia veio a ruir, a começar pelo "exclusivo metropolitano", que foi removido. E as medidas liberalizadoras não pararam mais de acontecer. Foram, assim, gestadas e ganharam corpo as condições para que se iniciasse um processo paulatino de transmutação do regime vigente, no conjunto de seus aspectos, de colônia em nação.

Este bloco de transformações já estava, de algum modo, maduro, quando, no início do século XIX, circunstancialmente, emergiram as condições para a sua implantação. Explodiram, então, em toda a sua plenitude, as forças transformadoras latentes que lograram fazer da antiga colônia lusitana uma comunidade nacional independente. Iniciou-se, a partir daí, um longo processo, até hoje inconcluso, de busca, pelo Brasil, de uma forma autônoma e soberana de inserção no concerto das nações.

5. A Contribuição de Fernando Novais

Fernando Novais prosseguiu na senda analítica (*O sentido da colonização*) aberta por Caio Prado Júnior, vinculando, de maneira mais siste-

matizada, nos modelos explicativos que veio a construir, a existência de colônias ao processo de acumulação primitiva de capital mercantil por parte dos comerciantes metropolitanos, que extraíam, então, nos redutos coloniais de suas respectivas metrópoles, os excedentes produtivos neles gerados. Para Novais, os lucros apropriados através da aplicação do "pacto colonial" eram decorrentes do processo de acumulação primitiva de capitais em que se apoiou, no seu processo de formação e de consolidação, o capitalismo mercantil europeu.

Fernando Novais considera ter sido, em todo o interregno que vai do "Renascimento às Luzes", a crescente imbricação que se manifestava entre as esferas do público e do privado uma das características mais marcantes da Época Moderna. Foi durante este longo período que, no plano econômico, a humanidade defrontou-se, não mais com a economia "natural" dominante no Feudalismo, mas com uma produção de caráter predominantemente mercantil (pelo menos, foi o setor mercantil que imprimiu a dinâmica ao conjunto), a qual, todavia, ainda não era capitalista, pois a força de trabalho ainda não se mercantilizara, ou, noutros termos, o salariedade não era ainda o regime dominante, nem tampouco a servidão, em franco declínio; o que parecia, então, dominar era a produção independente (NOVAIS, 1998:15).

À medida que, na Europa da Época Moderna, as manifestações sociais, econômicas e políticas iam se definindo em relação à formação dos Estados nacionais, na Colônia, no mesmo período, elas estavam vinculadas "à passagem da colônia para a nação, ou melhor, à própria gestação da nação no interior da colônia". (NOVAIS, 1998:17).

A colonização moderna tornava-se fenômeno global, no sentido de envolver todas as esferas da existência, mas seu eixo propulsor tinha lugar nos planos político e econômico, o que indica que estava perfeitamente inserida no contexto da época, que veio a se constituir no pano de fundo do processo de modernização da sociedade europeia. Naquele contexto, despontou Portugal pelo seu pioneirismo, em virtude, especialmente,

da precocidade com que se deu a sua centralização política. Pode-se perceber facilmente que a ordem seqüencial, em que os países colonizadores (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Províncias Unidas dos Países Baixos) vão se adentrando nos cenários econômico e político da era moderna, é a mesma da formação dos Estados e das suas respectivas expansões mercantil e marítima (NOVAIS, 1998:18-20).

Ao ser implantada a exploração colonial da Época Moderna, trouxe ela consigo, de roldão, “a compulsão do trabalho como um de seus componentes estruturais”; e a América portuguesa se caracterizou por ser uma área onde essa situação foi levada ao limite, com a adoção do escravismo. Nesse contexto, “as populações aparecem, pois, clivadas em dois estratos: os que são compelidos ao trabalho e aqueles que os compelem, os dominadores e os dominados, os senhores e os escravos. Entre os dois pólos, [há] toda uma imensa gama de situações intermediárias.” (NOVAIS, 1998:27). Dessa forma, “a atitude em face do trabalho, decisiva em qualquer formação social, fica marcada pelo estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação”, compelindo a força de trabalho a um incremento do seu esforço produtivo, cujo objetivo último era promover uma crescente intensificação do processo de acumulação capitalista que tinha lugar nos centros metropolitanos” (NOVAIS, 1998:30).

Disso resultou um estímulo à constante mobilidade das populações e ao estabelecimento de uma clivagem entre os vários estratos sociais. É nisso, pois, que reside o ponto essencial a ser considerado, que é o de que as sociedades de estamentos, em geral, se caracterizam por uma mobilidade mínima, tanto horizontal quanto verticalmente. A sociedade colonial, ao contrário, configura-se como uma sociedade estamental com grande mobilidade, “e é essa conjunção surpreendente e mesmo paradoxal de clivagem com movimentação que marca a sua originalidade”. Assim sendo, “a sociedade da Colônia, ao mesmo tempo, estratificava-se de forma estamental e apresentava intensa mobilidade; o que prova-

velmente criava uma sensação de ambigüidade, pois a junção dessas duas características envolvia, simultaneamente, tendência de aproximação e distanciamento das pessoas”. (NOVAIS, 1998:30).

Essa mesma ambigüidade também está presente quando levamos em conta o estrato superior dos colonos, composto pelos senhores de terra e de escravos, uma vez que “a dominação direta sobre os homens (escravidão) e a posse das terras (grande parte delas recebidas por doação) imprimiam-lhes na mentalidade uma configuração fortemente senhorial”; mas, “agentes [que eram] de uma produção mercantilizada em extremo, defrontavam-se no dia-a-dia com o mercado, o que lhes exigia um comportamento fundamentalmente burguês”. Além disso, “era através do mercado que obtinham os escravos, e, através deles, a sua condição senhorial” (NOVAIS, 1998:30-31).

O já mencionado elevado grau de exclusão da elite comercial era uma natural decorrência das condições estruturais típicas de uma sociedade fundamentalmente escravista (a tal ponto extrovertida que estava organizada para que pudesse acumular externamente), a cujos estratos mais elevados de sua esfera mercantil só tinha acesso um grupo extremamente reduzido de integrantes. Uma vez que estava a exploração colonial diretamente articulada ao processo de formação do capitalismo, era natural a sua extroversão, essencialmente comercial, uma vez que ela era um componente importante do processo de “acumulação primitiva de capital mercantil autônomo no centro do sistema”. Lembra, ainda, Novais que “a outra face da externalidade da acumulação era a extraterritorialidade do provisãoamento da mão-de-obra” (NOVAIS, 1998:31).

Era voz corrente que as colônias apresentavam-se como verdadeiros apêndices de suas respectivas metrópoles. Entretanto, não era essa opinião compartilhada pela totalidade dos coetâneos, que conviviam, no seu cotidiano, com “formas sociais muito diferentes e em certos sentidos negadoras da Europa moderna”. Na realidade, a colônia “é tão diversa da metrópole, quanto a região dependente o é da dominadora”. Por exemplo,

comparando-se as formas de evolução da organização do trabalho nos dois pólos do sistema, constatar-se-á que, enquanto na Europa há uma evolução da servidão feudal para o salariedade, via trabalho independente de camponeses e de artesãos (*putting-out*), nas colônias era dominante a compulsoriedade do trabalho, tendendo esta, no limite, para a escravidão. Tal descompasso tinha origem na contradição existente, no plano mais geral da colonização do Antigo Regime, entre a sua ideologia (catequese, europeização) e a sua realidade (exploração pelos colonizadores), contradição esta extremamente importante, uma vez que “o Estado absolutista precisava controlar a Igreja, e ao mesmo tempo dependia de sua legitimação.” (NOVAIS:1998:33).

6. A Abordagem de João Manuel Cardoso de Mello

Para João Manuel Cardoso de Mello, não teria sentido se falar num modo de produção escravista colonial, tendo em vista que a reprodução de suas relações de produção não poderia ocorrer endogenamente, pois o tráfico transatlântico de escravos existia sob a égide do capital mercantil metropolitano. Dessa forma, a economia colonial não teria uma lógica própria e seria a contraface de um modo de produção capitalista em instalação. Se na Europa o trabalho já estava formalmente subordinado ao capital, o mesmo passaria a ocorrer nas colônias, uma vez que, nestas, segundo ele, “há, formalmente, capitalismo, porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial.” (CARDOSO DE MELLO, 1982:44).

De acordo com João Manuel, nenhum modo de produção poderia ainda ser considerado dominante no Brasil, e muito menos o modo de produção capitalista, que existia apenas formalmente na colônia. Segundo ele: “A economia colonial organiza-se (...) para cumprir uma função:

a de instrumento de acumulação primitiva de capital”; constituindo, neste intuito, “mecanismos capazes de ajustar a economia colonial à sua razão de ser”, o que possibilitaria a geração de um excedente que, uma vez comercializado no mercado internacional, produzisse lucros, criasse mercados coloniais que pudessem absorver a produção metropolitana e proporcionasse excedentes produtivos significativos que pudessem ser apropriados pela burguesia metropolitana. Neste sentido, a produção colonial deveria ser mercantil, não qualquer uma, mas uma produção mercantil que fosse amplamente aceita no mercado internacional e que não concorresse com a produção metropolitana, pois se assim não fosse inviabilizar-se-ia o comércio que dela se poderia fazer. Produção colonial significaria, pois, em suma, “produção mercantil complementar, produção de produtos agrícolas coloniais e de metais preciosos” (CARDOSO DE MELLO, 1982:39).

A economia colonial apresentava-se, então, como altamente especializada e complementar à economia metropolitana. O seu caráter de complementaridade era traduzido através de um determinado padrão de comércio: exportação de produtos coloniais se contrapondo à importação de produtos manufaturados e, em se tratando de economias escravistas, de escravos. Em paralelo, a articulação comercial entre a economia metropolitana e a economia colonial não estava restrita a isto, uma vez que este padrão de comércio era efetivado através do monopólio de comércio (“exclusivo metropolitano”) que era exercido pela burguesia comercial metropolitana (CARDOSO DE MELLO, 1982:37).

É importante, também, que se leve em conta que o monopólio de comércio passava a ser mecanismo fundamental através do qual o excedente produzido na colônia era transferido à burguesia comercial metropolitana, ao mesmo tempo que se cuidava no sentido de que fossem por ela abastecidos os mercados coloniais. Como resultado direto da situação de monopólio comercial, procurava-se garantir à burguesia comercial da Metrópole o máximo diferencial possível entre os preços de compra pagos aos produtores metro-

politanos (os quais se procurava reduzir ao mínimo possível) e os preços mais elevados de venda que se conseguisse arrancar à clientela colonial (CARDOSO DE MELLO, 1982:40). Era, pois, desfrutada pelos comerciantes lusitanos uma situação de oligopólio, por deterem os mesmos o privilégio de controlar a venda das mercadorias que abasteciam a Colônia. Em paralelo, fazia-se presente nos mercados coloniais uma situação de oligopsônio, uma vez que os mercadores da metrópole gozavam também do direito de exclusividade, ou pelo menos de primazia, na compra dos produtos coloniais.

Chama João Manuel a atenção do leitor para o fato de que a passagem que então se anunciava rumo ao capitalismo propriamente dito representava o "canto do cisne" da economia colonial e, a partir daí, o que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão. Os interesses que moviam a Economia Colonial e o Capitalismo se contrapõem. A produção mercantil complementar pouco ou nada tinha a ver com a produção colonial, uma vez que a produção agrícola ou mineral colonial passara a ser preterida relativamente à produção periférica, esta sim importante, de alimentos e de matérias-primas gerados em massa pelo conjunto das economias periféricas, porque dali para a frente "só produção em massa pode[ria] significar preços baixos". A preocupação central deixava de ser a de expandir a acumulação primitiva e passava a ser a de incrementar a produção mercantil complementar no sentido de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, buscando-se, em paralelo, condições que pudessem permitir a redução do custo dos elementos componentes do capital constante (CARDOSO DE MELLO, 1982:44-45).

Novos padrões de integração produtiva e comercial internacional passaram a representar, cada vez mais, mundo afora, as novas tendências impostas pela Revolução Industrial. A partir de então as relações entre Economia Colonial e Capitalismo perderam o seu caráter de complementaridade e assumiram uma situação em que seus interesses passaram a ser contraditórios, criando-se as condições para que, enquanto se generalizavam

as relações mercantis estimuladas pelo Capitalismo Industrial, as contradições disso decorrentes pudessem se acentuar de tal forma que (conforme as palavras que Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo usou, em 1982, fechando o prefácio da primeira edição de *O capitalismo tardio*) se tornasse inevitável o fim do "exclusivo metropolitano", e o assalariamento, finalmente, passasse a ser o principal instrumento de mobilização da força de trabalho.

7. Conclusão

Na América Latina, os reflexos da preeminência crescente do capitalismo industrial portavam consigo os germens da crise que engolfaria, dali para a frente, as economias de caráter colonial. Apesar da persistência no seu seio da compulsoriedade do trabalho, grande avanço foi conquistado através da ruptura do Pacto Colonial e da constituição de Estados nacionais.

As condições vigentes não eram, então, de natureza que justificassem que se despendesse maiores esforços na liquidação do trabalho compulsório, uma vez que ele em nada prejudicava o ingresso de artigos industriais ingleses e, em paralelo, porque a transmutação de trabalho compulsório em trabalho livre passava, então, a ser uma decisão nacional. Isto vai ter um alcance, insuspeitado talvez na época, mas que dificilmente poderia ser reduzido em suas conseqüências, e que muito vai prejudicar os interesses portugueses (e, logo em seguida, por extensão, os brasileiros), pelo fato de que, com a queda do monopólio de comércio e da dominação política metropolitana, escancararam-se os mercados latino-americanos, sendo expostos irrefreavelmente à sanha do capitalismo industrial inglês (CARDOSO DE MELLO, 1982:46), circunstância esta que, por si só, inviabilizaria qualquer aspiração que pudesse existir ou surgir no sentido de se endogeneizar, na nova nação que então se conformava, um parque industrial nacional com alguma expressividade, no que se refere à produção e à comercialização de bens de consumo e de produção, bem como de serviços de alto valor agregado, no contexto internacional.

8. Bibliografia

- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 47-63.
- _____. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. "Condições da Privacidade na Colônia". In: *História da Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil: 1).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *O Rascunho da Nação: formação, auge e ruptura da economia colonial*. Campinas, SP: UNICAMP/IE (Tese de Doutorado), 1986.
- _____. "Mercantilização, decadência e dominação". SZMRECSÁNYI, Tamás. In: *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP e Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica, 1996.